

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUF RJ

www.sintufRJ.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA **UFRJ**

25 DE NOVEMBRO

Categoria luta em defesa de direitos e contra a PEC 55



Na sexta-feira, 25, Dia Nacional de Lutas, Paralisações e Protestos, o Comando Local de Greve (CLG) /SintufRJ realizou, em frente ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), ato em defesa da saúde e da educação públicas; contra a PEC 55, que congela por 20 anos investimentos em áreas públicas estratégicas para a população brasileira (como saúde, educação, saneamento básico etc.); contra as reformas trabalhista e previdenciária (em defesa da aposentadoria); por emprego e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

Além dos técnicos-administrativos em educação, o protesto contou com a participação dos estudantes que lideram o movimento OcupaUFRJ. Depois da panfletagem e do ato em frente ao HUCFF, os manifestantes seguiram em passeata até o terminal do BRT, onde conversaram com a população sobre as consequências da PEC 55 para a vida de todos os brasileiros. “Estamos aqui defendendo os direitos do povo brasileiro e para dizer que não vamos aceitar mais um golpe

contra a classe trabalhadora”, falou ao carro de som Esteban Crescente.

A vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Karina Oliveira, complementou: “A PEC 55 vai fazer com que a universidade retroceda 30 anos, uma época em que só os filhos dos ricos podiam estudar”.

Resistência

O Hospital Universitário da UFRJ (HUCFF) é o único no país que resistiu às pressões e não aderiu à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers). Em virtude disso, tornou-se um exemplo de resistência à privatização dos serviços públicos. “A luta é grande para manter o hospital aberto; estamos numa contraofensiva. Sou mais um braço remando nesta luta em defesa dos HUs e da universidade”, afirmou o diretor do HUCFF, Eduardo Cortês.



Dia 29: #OcupaBrasília. Trabalhadores vão mostrar a sua força. PÁGINA 5

DOIS PONTOS

Campeões do Torneio Sintufrj

PRINCIPAL



CAMPEÃO



VICE

CONSOLAÇÃO



CAMPEÃO



VICE

Na sexta-feira, dia 18 de novembro, foi a final do Torneio de Futebol do Sintufrj, uma competição esportiva que

a entidade organiza em homenagem aos trabalhadores da universidade no mês em que se comemora o Dia do Servidor

Público, que é 28 outubro.

Várias equipes disputaram os troféus, mas o campeão e o vice da competição principal

foram as equipes do Cepe-Fundão e da Decania do CT, respectivamente. O placar foi 4 a 0.

No Torneio Consolação a campeã foi a equipe do CCS, e a vice ficou com o Instituto de Química. Placar do jogo: 9 a 2.

Vinte e cinco anos de seminário nacional

Fotos: Renan Silva



MOZART Simões, coordenador da Fasubra

Na mesa de balanço dos 25 anos do XXV Seminário Nacional de Segurança das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), realizada na UFRJ de 7 a 12 de novembro, o coordenador da Fasubra Mozarte Simões fez uma retrospectiva do movimento dos vigilantes e de como tudo começou, inclusive com a apresentação de fotos históricas. Participaram dessa discussão integrantes do segmento que sempre estiveram presentes em todas as edições do seminário.

Um dos vigilantes considerados históricos na organização do seminário e que também foi chamado a contar um pouco desta trajetória foi Edmilson Lima, da Universidade de Brasília.

“Na verdade”, contou, “ajuda-

mos a idealizar o seminário nacional porque a gente entendia que na pós-ditadura existia uma certa leitura ainda muito conservadora na forma das reitorias verem a Vigilância. Alguns reitores utilizavam a segurança como guarda pretoriana, para defender a sua política contra movimentos sociais”.

Por outro lado, os vigilantes estavam se configurando como um segmento desagregado do corpo técnico-administrativo.

“O seminário surgiu para desmontar esta visão de concepção (do segmento) e construir uma nova visão da segurança patrimonial”, explicou.

Início

O primeiro encontro nacional foi realizado em julho de 1987. Ini-

cialmente a Fasubra não apoiou, porque achou estranho aquela iniciativa. “Mas nós estávamos defendendo a organização por local de trabalho, e no terceiro ano contamos com a participação da Federação”, disse.

Segundo Edmilson, o encontro deixou de ser organizado por algum tempo e foi retomado já sob o formato de seminário nacional. Desde então, ocorre anualmente com o objetivo de discutir política de defesa das universidades, direitos do segmento e, principal, de integrar os vigilantes nos movimentos deflagrados nas instituições. “Nós estamos ligados a toda conjuntura que afeta a universidade”, afirmou. Além disso, acrescentou, “o seminário agrega, conscientiza e atualiza a categoria”.

ASSEMBLEIA-ATO

Categoria homenageia Zumbi dos Palmares

Fotos: Renan Silva

A assembleia-ato realizada na terça-feira, dia 22, na Faculdade Nacional de Direito (FND), no centro do Rio, aprovou a continuidade da greve e recebeu inscrições para a caravana a Brasília. Como tem ocorrido, a assembleia foi rápida. As únicas inscrições foram para os informes locais e nacionais, explicações sobre o grande ato na terça-feira, 29, na capital do país, denominado OcupaBrasília, e para a prestação de contas, pelo Comando Local de Greve (CLG), dos gastos com a greve e a caravana.

Nesse dia, o objetivo foi concentrar a categoria para a caminhada até o monumento Zumbi dos Palmares, na Avenida Presidente Vargas. Os estudantes da FND e do Movimento Ocupa (a UFRJ) exaltaram, na assembleia, a disposição dos técnicos-administrativos em educação e reafirmaram a intenção de “caminharemos juntos nesta luta contra a PEC 55”.

Semana da Consciência Negra

A ação política dessa semana da categoria em greve foi em celebração à Semana da Consciência Negra, por isso o ato no monumento a Zumbi dos Palmares. Uma vibrante bateria marcou o compasso da passeata – que saiu da FND por volta das 16h – e das palavras de ordem dos técnicos-administrativos em educação. Com o carro de som do Sintufjr, o CLG puxou a manifestação. Por todo o trajeto os trabalhadores distribuíram panfletos esclarecendo a população sobre a PEC 55.

Os manifestantes ocuparam meia pista da Avenida Presidente Vargas e caminharam até o monumento a Zumbi dos Palmares, que fica na Praça Onze. Além de denunciar a PEC, os trabalhadores da UFRJ alertaram sobre o seu caráter racista: “Atenção trabalhadores, esta PEC 55 do governo Temer atingirá mais os pretos e pobres, que dependem dos serviços públicos de saúde e educação. Prestem atenção! Serão 20 anos sem saúde e educação”. O ato terminou com um abraço à estátua do líder do Quilombo dos Palmares.

A história do monumento

Idealizado por políticos locais e representantes do movimento negro, o monumento a Zumbi dos Palmares deveria ocupar inicialmente um espaço no Largo da Carioca, onde chegou a ter pedra fundamental lançada em 1982. No ano seguinte, os organizadores da homenagem decidiram transferir o projeto para o Parque do Flamen-

go, mas o monumento acabou finalmente erguido, em 1986, na Praça Onze, um dos berços do samba e local emblemático da cultura afrodescendente no Rio de Janeiro.

Na visão da historiadora Mariza Soares, essa homenagem a Zumbi, feito de concreto armado e metal, é o “símbolo maior” de uma “tentativa de monumentalização da negritude” empreendida pela administração de Leonel Brizola, que governou o estado entre 1983 e 1987. Embora a placa comemorativa da inauguração atribua sua criação ao arquiteto João Filgueiras Lima, o verdadeiro mentor da obra foi o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), que era vice-governador e secretário de Cultura. Foi ele quem decidiu configurar o herói segundo uma imagem já existente. Darcy Ribeiro se apropriou da forma de uma escultura pertencente ao acervo do Museu Britânico, deslocou-a para outro continente, mandou ampliá-la de 36 centímetros para três metros, fundiu-a em 800 quilos de bronze e a instalou numa das principais vias públicas do Rio de Janeiro.



CATEGORIA reunida em assembleia no auditório da FND

OcupaBrasília dia 29

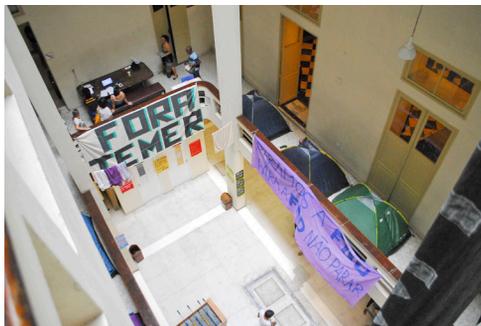
O CLG/Sintufjr participará com oito ônibus (seis de 44 lugares com estudantes e dois de 50 lugares com técnicos-administrativos). A intenção é que saia um comboio de todas as entidades do Rio de Janeiro que irão a Brasília. A UFF, por exemplo, participará com seis ônibus.

Os caravaneiros da UFRJ sairão da sede do Sintufjr no dia 28, segunda-feira, às 8h, e embarcarão de volta no dia 30, com chegada prevista para quinta-feira, 1º de dezembro.

A Comissão de Finanças do CLG apresentou os custos da caravana e da greve. Com a colaboração de R\$ 75 mil da Adufjr, o custo da carava-

na ficou em R\$ 198.420,00. O CLG/Sintufjr bancará R\$ 123.420,00.

Segundo a comissão, a previsão orçamentária para a greve gira em torno de R\$ 496.800,00. O Sintufjr receberá do Fundo de Greve R\$ 640.197,00, mas o montante só entrará no orçamento da entidade em janeiro de 2017.



PASSEATA, panfletagem e, finalmente, a reverência ao líder das lutas pelo direito à liberdade Zumbi dos Palmares

Light pode cortar a luz da UFRJ

Fotos: Renan Silva

Na quinta-feira, dia 24, pouco antes do início da sessão do Conselho Universitário, às 9h, uma equipe da Light chegou ao prédio da Reitoria decidida a cortar a luz da universidade por falta de pagamento. Mas depois de mais de uma hora de negociação, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Roberto Gambine, e o prefeito Paulo Mário conseguiram impedir a interrupção do fornecimento de energia para a UFRJ.

Gambine não soube precisar o valor da dívida, que ainda está sendo calculada. Mas a UFRJ tem apenas uma semana para liquidar a fatura. Foram momentos de tensão que mobilizaram toda a equipe do gabinete e a Divisão de Segurança (Diseg), entre outros setores da Administração Central. Uma viatura da Polícia Militar permaneceu no local durante todo o tempo em que durou o impasse.

Caos financeiro

A situação foi discutida no Conselho Universitário, e o reitor Roberto Leher disse que “depois de idas e vindas a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento conseguiu um

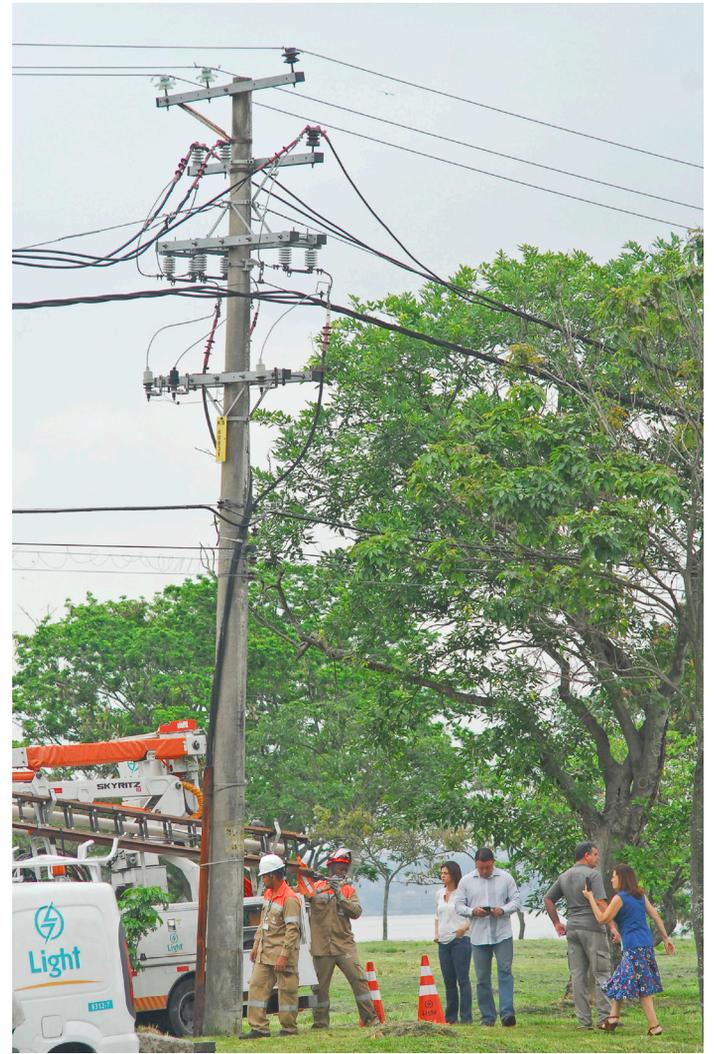
prazo de uma semana para que possamos pagar os atrasados ou haverá corte de energia”. Ele fez um relato sobre os recursos do orçamento que não chegam à universidade—não os contingenciados pelo governo, mas os estabelecidos na Lei do Orçamento Anual, que não foram glosados.

De acordo com o reitor, cerca de R\$ 39 milhões de recursos de capital convertidos para custeio liberados, com os quais a UFRJ pagaria terceirizados e parte da conta de energia, não foram enviados na prática. Além disso, o MEC ainda deve à UFRJ: cerca de R\$ 7 milhões dos recursos destinados para a construção do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Ladetec); os recursos destinados à transferência do polo de Caxias para Santa Cruz da Serra e R\$ 9,6 milhões que foram autorizados para as medidas emergenciais no prédio da Reitoria danificado pelo incêndio.

É intenção do reitor que sejam realizadas sessões extraordinárias do Conselho Universitário para análise da prestação de contas de 2016 e para deliberar sobre questões do orçamento.



REITOR Roberto Leher



DESTA vez a Light foi barrada, mas da próxima....

CLG/Sintufrj mobiliza o Consuni

O Comando Local de Greve (CLG)/Sintufrj, representado pelo coordenador-geral do Sindicato Francisco de Assis, foi ao Conselho Universitário (Consuni) convocar a comunidade universitária para o ato unificado dos técnicos-administra-

tivos em educação e dos estudantes da UFRJ que seria realizado no dia seguinte, com concentração às 9h em frente ao HU. “Vamos mostrar nossa indignação contra a retirada de direitos, a privatização das universidades e dos serviços públicos neste Dia Na-

cional de Paralisações e Greves”, disse. O dirigente também deu informações sobre o movimento Ocupa Brasília, que ocorrerá no dia 29, e disse que o CLG / Sintufrj disponibilizará ônibus para o transporte de estudantes.

O representante da bancada

estudantil, Breno Oliveira, destacou a perseguição aos movimentos sociais organizados dentro da UFRJ, lembrando que o reitor foi chamado ao Ministério Público para se explicar sobre ato em defesa da democracia na universidade, assim como o dire-

tor da Escola Politécnica, iniciativas estas para deslegitimar as ocupações. Já seu colega Pedro Paiva declarou que a ocupação em diversas unidades da UFRJ completava 16 dias, com exceção do IFCS, cujo movimento contava 23 dias.

Decisões do CEG agradam estudantes

O pró-reitor de Graduação, Eduardo Serra, prestou informações no Consuni sobre as resoluções e recomendações aprovadas no dia anterior na sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) relativas às modificações no calendário acadêmico.

De acordo com Serra, em virtude da suspensão das aulas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e na Escola de Belas Artes (EBA), devido ao incêndio que atingiu o prédio da Reitoria, o CEG aprovou a extensão do trancamento de matrícula e de disciplina para os estudantes das duas unidades até 16 de dezembro. E também deliberou que, para a FAU e a EBA, o término do segundo semestre de 2016 será no dia 17 de fevereiro e o início do primeiro semestre de 2017 em 13 de março de 2017.

O CEG aprovou, ainda, em relação à EBA e à FAU as seguintes recomendações: não realização de provas ou avaliações e que sejam abonadas as faltas até o dia 9 de dezembro e planejada a retomada das aulas.

Para todos os alunos —

Ele informou que o CEG aprovou também a extensão do prazo de trancamento de disciplina (não o de matrícula) até o dia 16 de dezembro para todos os alunos da UFRJ e a recomendação para que sejam abonadas as faltas referentes ao período das ocupações.

Os representantes dos alunos no Consuni comemoraram as decisões do CEG. Segundo eles, o Conselho levou em consideração a conjuntura política adversa e a mobilização dos estudantes, que lutam em defesa da universidade nas ocupações.

SINTUFRJ se une aos estudantes para cobrar apoio do CEG



FRANCISCO de Assis com os estudantes no CEG

O auditório em que se realizou a sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) no dia 23, no bloco H do Instituto de Geografia, ficou lotado de estudantes, que reivindicavam apoio do órgão à luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Representantes do CLG/Sintufrj

também estavam presentes.

O coordenador-geral Francisco de Assis, informou sobre o movimento de ocupação de Brasília, no dia 29, data prevista para a primeira votação da PEC 55 no plenário do Senado, quando estão sendo aguardadas na capital do país caravanas de todos os estados. Dos oito ônibus que partirão da UFRJ providenciados pelo CLG/Sintufrj, seis serão cedidos aos estudantes da universidade, inclusive um sairá do campus Macaé.

Assis reforçou a reivindicação de apoio do CEG à luta dos estudantes contra os ataques que a universidade vem sofrendo, e solicitou a flexibilização do calendário acadêmico para os envolvidos: “Os técnicos-administrativos estão em greve, e temos que dar as mãos para fazer com vigor este enfrentamento em defesa da universidade”.

Caíque Ferreira, representante do DCE, solicitou ao CEG a reaber-

tura do período de trancamento de disciplina para os estudantes, a não aplicação de provas ou avaliações na data da caravana a Brasília e a não reprovação por faltas no período. “O ano de 2016 está sendo bem diferente. A gente acha que a universidade tem que estar do nosso lado neste momento”, justificou o estudante.

Estudantes da EBA e da FAU pediram abono de faltas e avaliações por mais uma semana em decorrência das dificuldades de retomada regular das aulas em função do incêndio que atingiu o prédio da Reitoria, onde as duas unidades acadêmicas estão instaladas.

Os conselheiros constituíram uma comissão para formulação de uma proposta de manifestação de preocupação com a possibilidade de aprovação da PEC 55.

29 DE NOVEMBRO

A palavra de ordem é #OCUPABRASILIA

Fotos: Renan Silva

Centenas de caravanas com trabalhadores e estudantes ocuparão todos os espaços do Planalto Central, no dia 29. O CLG/SintufRJ sairá da UFRJ com oito ônibus lotados. O comboio, que partirá do Rio de Janeiro com destino a Brasília, vai ser grande.

Após o 25 de Novembro, Dia Nacional de Lutas, Paralisações e Protestos pelo país, que contou com a adesão expressiva de setores da educação, servidores públicos e categorias da iniciativa privada, além do movimento popular e estudantil, chegou a vez de Brasília. Dia 29, terça-feira, é dia de ocupar a capital federal e lutar contra a PEC 55, contra a Medida Provisória (MP) 746, que propõe a reforma do ensino médio, o Projeto de Lei da Mordaza, e as reformas trabalhista e da Previdência. Seremos milhares por nenhum direito a menos!

Diversas caravanas saem do Oiapoque ao Chuí para fazer pressão no Congresso Nacional. Nesse dia, ocorrerá, no Senado, a primeira votação em plenário da PEC 55 – a PEC do Fim do Mundo –, que impõe teto nos investimentos públicos por 20 anos, punindo áreas essenciais como educação, saúde, saneamento básico e previdenciária. O Comando Local de Greve/SintufRJ enviará oito ônibus, que se unirão ao comboio de diversas entidades rumo a Brasília. A mobilização para a capital federal é convocada por 18 entidades nacionais, entre elas as centrais sindicais CTU, CTB e CSP-Conlutas, Fasubra, Andes, Proifes, UNE, Unes, Contag.

As mobilizações contra a PEC 55 e as reformas trabalhista e da Previdência Social do governo ilegítimo de Michel Temer explodem país afora, assim como as ocupações das escolas e universidades pelos estudantes e os movimentos grevistas dos trabalhadores públicos. Depois dos técnicos-administrativos em educação das instituições federais de ensino superior (Ifes), os professores universitários decidiram entrar em greve por tempo indeterminado em vários estados. De acordo com o último levantamento da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), já são 223 universidades ocupadas no país contra as duas propostas do governo Temer (PEC 55 e MP 746), além das 393 escolas ocupadas.

Ocupa tudo

Além da PEC 55, o governo propõe a Medida Provisória 746, que visa reformular o ensino médio de forma unilateral, sem diálogo com estudantes e trabalhadores da educação, dando prosseguimento ao projeto conhecido como Lei da Mordaza, porque extingue o papel crítico da escola. Os milhares de ocupações pelo país refletem a luta contra esses retrocessos de forma combativa. Os estudantes não abrem mão do futuro e não aceitam tantos assaltos aos direitos do povo.

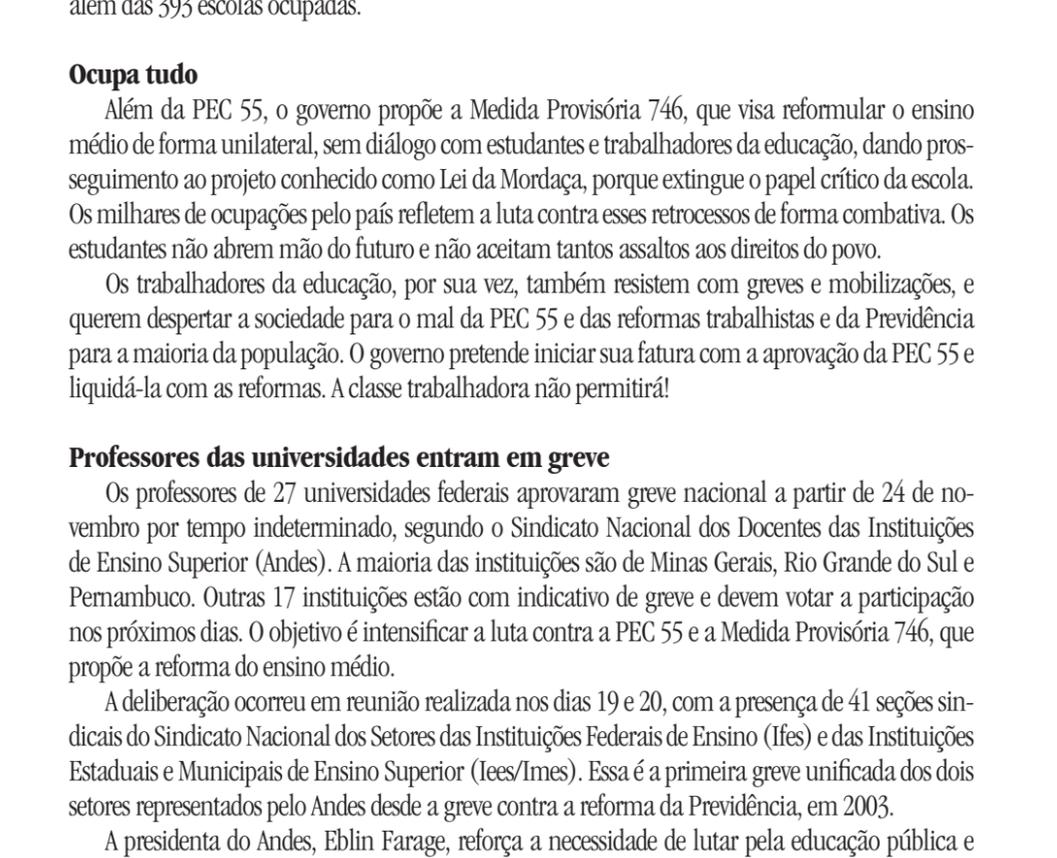
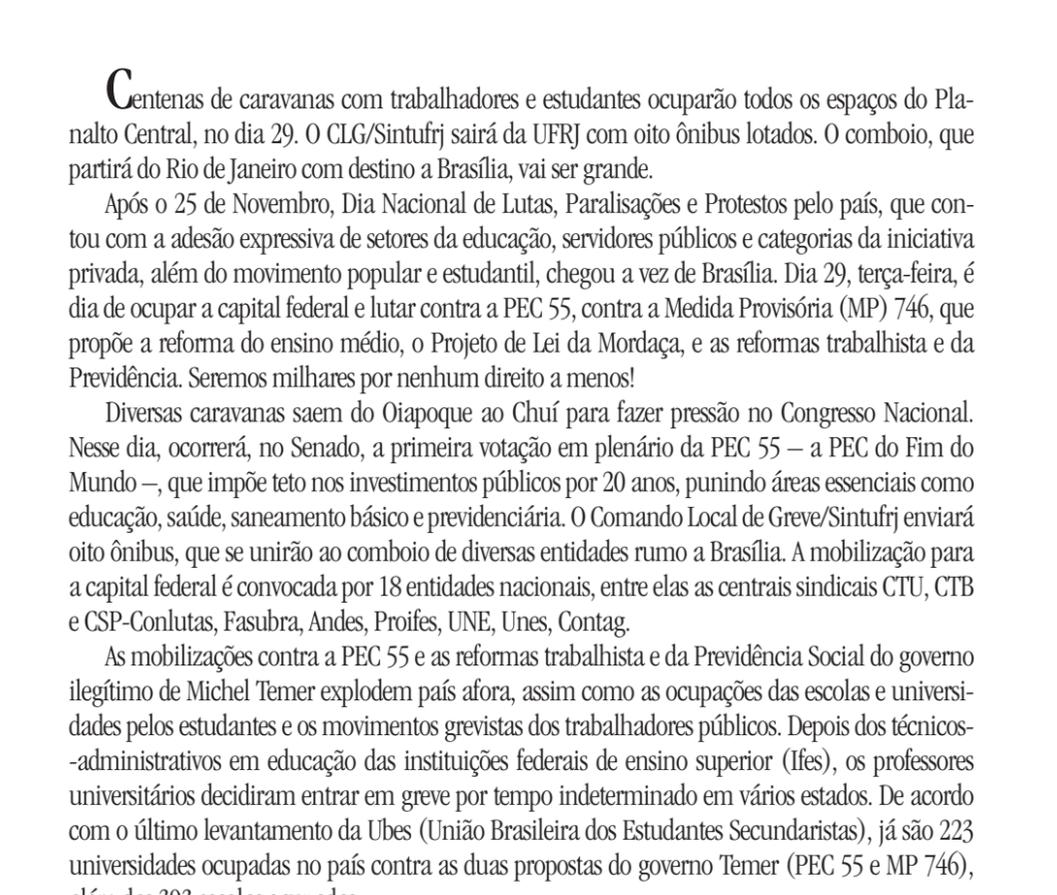
Os trabalhadores da educação, por sua vez, também resistem com greves e mobilizações, e querem despertar a sociedade para o mal da PEC 55 e das reformas trabalhistas e da Previdência para a maioria da população. O governo pretende iniciar sua fatura com a aprovação da PEC 55 e liquidá-la com as reformas. A classe trabalhadora não permitirá!

Professores das universidades entram em greve

Os professores de 27 universidades federais aprovaram greve nacional a partir de 24 de novembro por tempo indeterminado, segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). A maioria das instituições são de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Outras 17 instituições estão com indicativo de greve e devem votar a participação nos próximos dias. O objetivo é intensificar a luta contra a PEC 55 e a Medida Provisória 746, que propõe a reforma do ensino médio.

A deliberação ocorreu em reunião realizada nos dias 19 e 20, com a presença de 41 seções sindicais do Sindicato Nacional dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes). Essa é a primeira greve unificada dos dois setores representados pelo Andes desde a greve contra a reforma da Previdência, em 2003.

A presidenta do Andes, Eblin Farage, reforça a necessidade de lutar pela educação pública e ocupar as universidades, somando-se à mobilização de estudantes e técnicos-administrativos. “A pauta da nossa greve não é uma pauta corporativa, mas é uma pauta da sociedade, que é a defesa da educação pública. Por isso, a nossa indicação é por uma greve de ocupação, que realiza atividades públicas nas universidades, oficinas, aulas, debates, em conjunto com os estudantes, que na maior parte das universidades já estão ocupando, e com os técnicos-administrativos, que também estão em greve, envolvendo os movimentos sociais e a população como um todo”.



A PEC DA INSENSATEZ

Fotos: William Santos

“Em um mundo caracterizado por grandes incertezas políticas e econômicas, a opção de congelar por 20 anos os gastos públicos não é prudente, não é justificável sob o ponto de vista técnico e atenta contra o direito de todos nós, eleitores, de escolhermos qual é a melhor política econômica para o futuro”. A afirmação é do professor do Instituto de Economia (IE) da UFRJ Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, em debate realizado dia 17 de novembro no Salão Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

Também participante da mesa do debate “Desconstruindo a PEC 55: quem paga pelo ajuste?”, o professor Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos desvendou os falsos argumentos da política econômica que sustentam essa reação conservadora do governo Temer, buscando alterar o texto da Constituição para implementar uma reforma que reduza o tamanho do Estado e, com isso, seu compromisso com direitos sociais da maioria dos brasileiros.

Cerca de 80 pessoas, entre estudantes e servidores da UFRJ, compareceram ao debate, uma realização dos técnicos-administrativos da universidade em greve, com apoio do Comando Local de Greve/SintufRJ.

A PEC 55 aposta na redução das atribuições do Estado

A aposta dos articuladores da PEC 55, entre eles o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é a retomada de um superavit fiscal primário positivo da ordem de 5%, a fim de assegurar que o pagamento dos juros da dívida pública seja feito sem ampliar o endividamento.

“Superavit primário — explica o professor Carlos Pinkusfeld — são todos os gastos não financeiros, subtraídos de todas as receitas”, e acrescenta: “A maioria dos países do mundo têm déficit fiscal primário!” Isto porque gastar mais do que se arrecada é uma contingência dos países que investem nos gastos públicos, que devem se traduzir em bem-estar para sua população.

Se pegarmos economias como da França, do Japão, dos EUA, veremos que todos têm grandes dívidas, porque foram acumulando déficits ao longo de muitos anos.

“Ao contrário do que muitos falam, o tamanho da dívida é de uma irrelevância atroz. O importante é a taxa de juros!”, destacou Pinkusfeld. E exemplificou: “Enquanto a dívida pública no Brasil é da ordem de 70% do PIB e o juro anual aqui praticado é da ordem de 14%, no Ja-



SALÃO Pedro Calmon, no campus da Praia Vermelha

pão, a dívida atinge a proporção de 214% de tudo o que produzem em um ano, e o juro de lá é da ordem de 0,5%, o que não engessa a economia.”

Carlos Prado alerta que fazer um ajuste fiscal desse tipo com a economia em recessão é derrubar ainda mais a possibilidade de crescimento e aumentar o estoque da dívida. Ele prevê graves consequências para os níveis de renda, com aceleração da concentração nas mãos dos ricos, e que, ao contrário do que anunciam, a iniciativa privada se retrairá ainda mais por não estar acompanhada de investimentos do Estado.

Se aprovada, a PEC 55 instituirá um teto nos gastos públicos por 20 anos, reduzindo, obrigatoriamente, as receitas líquidas de impostos destinadas à Educação e à Saúde. Ao longo dos anos, o percentual de verbas da Saúde, hoje constitucionalmente previstas em relação ao PIB, cairá de 15% para 11% de 2017 a 2028. A Educação também sofrerá uma perda de recursos entre 2018 e 2028, caindo de 18% para 14%. “O que já está difícil ficará pior”, sentença Pinkusfeld, que é doutorado em Economia pela Universidade de Londres.

Uma política de “mãos amarradas”

O professor Prado, que entre outras atividades foi conselheiro do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça) e presidente do Conselho Federal de Economia, parte de uma premissa: “A



LUIZ Carlos Prado

Constituição brasileira não é o local adequado para se determinar as políticas econômicas brasileiras, que devem ser alteradas todas as vezes que a realidade ou o bom senso o impor”.

Como as mudanças constitucionais levam vários meses para serem aprovadas, qualquer necessidade de alteração de diretriz econômica diante de uma instabilidade internacional, por exemplo, fica “amarrada” quando se fixam regras rígidas na Constituição. É um prato feito para um processo de especulação. A PEC 55 é um exemplo desse desatino.

Para Prado, o Congresso brasileiro está abrindo mão, por duas décadas, de fazer aquilo para o qual foi eleito: decidir, com base



CARLOS Pinkusfeld

na representação dada por todos nós, onde os recursos da sociedade devem ser aplicados.

“Ora, nenhum burocrata, acadêmico ou técnico tem o dom da adivinhação do que vai acontecer no intervalo de 20 anos”, diz Prado. “Eu só ponho na Constituição as exigências previstas na PEC 55 se desejo me beneficiar de uma maioria parlamentar ocasional, para dificultar, no futuro, a realização de mudanças.” E acrescenta: “É uma visão mais do que autoritária: é oportunista, porque falta a legitimidade eleitoral.”

Curiosamente, não se discutem políticas que modifiquem a injusta estrutura tributária brasileira. No Brasil, denuncia Prado, enquanto um professor universitário

desconta pelo teto da tabela do Imposto de Renda, a remuneração de pessoas ricas oriunda de dividendos pagos por empresas não é taxada.

Ao produzir a redução de gastos com os serviços públicos, a PEC 55 aprofunda essa desigualdade distributiva. Sabe-se que a prestação de serviços pelo Estado, como Saúde e Educação, são salários indiretos. “Se nos impedimos de fazer melhorias ao longo de 20 anos nesses serviços, reduzindo seus recursos, teremos efeitos civilizacionais muito ruins, caminhado para um quadro de estagnação e de profunda instabilidade social”, conclui o professor.

Por Fernando Pedro Lopes, jornalista do FCC

PLC 54 se volta contra servidores

Relator do PLC no Senado retoma vários pontos negativos para os servidores públicos

Foto: Internet

O relator do PLC 54/2016, artigo 257, senador Armando Monteiro (PTB-PE), retomou vários pontos dentre os pontos no seu substitutivo contrário aos servidores. A proposição estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal.

O projeto de lei autoriza a União a, mediante termo aditivo, adotar o prazo adicional de até 240 meses para pagamento de dívidas com os estados e o Distrito Federal. Porém, os gestores terão que se comprometer em assumir regras mais rígidas em relação às despesas com pessoal, como evitar reajustes, progressão nas carreiras dos servidores e não realizar concursos públicos neste período.

Alguns dos principais pontos do substitutivo do senador

1) limitar o crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a Municípios e Pasesp, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou por outro que venha a substituí-lo, durante os vinte e quatro meses subsequentes à assinatura do primeiro termo aditivo previsto nos arts. 1º a 3º desta Lei Complementar;

2) vedar a edição de novas leis ou a criação de programas que

concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, durante os vinte e quatro meses subsequentes à assinatura do primeiro termo aditivo previsto nos arts. 1º a 3º desta Lei Complementar;

3) Suspender admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, inclusive por empresas estatais dependentes, por autarquias e por fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as reposições decorrentes de vacância, aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança, bem como as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa, em qualquer caso sendo consideradas apenas as vacâncias ocorridas a partir da data de assinatura do termo aditivo, durante os vinte e quatro meses subsequentes à assinatura do primeiro termo aditivo previsto nos arts. 1º a 3º desta Lei Complementar;

4) reduzir em 10% (dez por cento) a despesa mensal com cargos de livre provimento, em comparação com a do mês de junho de 2014, durante os vinte e quatro meses subsequentes à assinatura do primeiro termo aditivo previsto nos arts. 1º a 3º desta Lei Complementar;

5) publicar, em até cento e oitenta dias, contados da data de as-



SENADOR Armando Monteiro (PTB-PE)

sinatura do primeiro termo aditivo previsto nos arts. 1º a 3º desta Lei Complementar, lei que estabeleça normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal do ente, com amparo no Capítulo II do Título VI, combinado com o disposto no art. 24, todos da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e que contenha, no mínimo, os seguintes dispositivos:

6) Instituição do regime de previdência complementar a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição, caso ainda não tenha publicada outra lei com o mesmo efeito;

7) Elevação das alíquotas de contribuição previdenciária dos

servidores e patronal ao regime próprio de previdência social para 14% (quatorze por cento) e 28% (vinte e oito por cento) respectivamente, podendo ser implementada gradualmente em até 3 (três) anos, até atingir o montante necessário para saldar o déficit atuarial e equiparar as receitas das contribuições e dos recursos vinculados ao regime próprio à totalidade de suas despesas, incluindo as pagas com recursos do Tesouro; e

8) Reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União.

6) modifica a lei de responsa-

bilidade fiscal e, em particular, o cálculo de despesa com pessoal. A medida assim propõe:

Art. 13. Os entes da Federação que estiverem desenquadrados nos limites de despesas com pessoal, referidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na primeira apuração dos limites a partir do exercício financeiro subsequente ao da publicação desta Lei Complementar, terão um período de transição de 10 (dez) anos para se enquadrarem, observada trajetória de redução do excedente, à proporção de 1/10 (um décimo) a cada exercício financeiro da despesa com pessoal sobre receita corrente líquida.

Fonte: Diap



Foto: Internet

Homens na luta contra a violência à mulher

Por que o 25 de novembro foi proclamado Dia Internacional de Erradicação da Violência contra a mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU)?

No dia 6 de dezembro de 1989, um homem de 25 anos (Marc Lépine) entrou armado na Escola Politécnica de Montreal, no Canadá. Em uma sala de aula, ele ordenou que os homens (aproximadamente 50) se retirassem. Assassinou 14 mulheres e depois saiu atirando pelos corredores e outras dependências da escola, gritando “Eu odeio

as feministas”. Desta forma, matou 14 estudantes, todas mulheres. Feriu ainda 14 pessoas, das quais 10 eram mulheres. Depois suicidou-se. Com ele, foi encontrada uma carta que continha uma lista com nomes de 19 feministas canadenses que ele desejava matar e na qual ele explicava a motivação das suas ações, em suas palavras: “mandar de volta ao Pai as feministas que arruinaram sua vida”.

O crime, que ficou conhecido como o “Massacre de Montreal”, mobilizou a opinião pública da-

quele país, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Assim, um grupo de homens canadenses decidiu organizar-se para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa violência. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

Lançaram, assim, a primeira Campanha do Laço Branco (White Ribbon Campaign): homens pelo fim da violência contra a mulher. Durante o primeiro ano da campanha foram distribuídos cerca de 100 mil laços entre os homens canadenses, principalmente entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro, semana que concentra um conjunto de ações e manifestações públicas em favor dos direitos das mulheres e pelo fim da violência. O dia 25 de novembro foi então proclamado pela ONU como o Dia

Internacional de Erradicação da Violência contra a mulher. E o dia 6 de dezembro foi escolhido para que a morte daquelas mulheres (e o machismo que a gerou) não fosse esquecida.

A campanha do Laço Branco está presente em todos os continentes e em mais de 55 países. Em 1999 houve o lançamento oficial da campanha no Brasil com diversas atividades realizadas em parcerias com diferentes instituições, particularmente organizações do Movimento de Mulheres.

Pelo fim da violência contra as mulheres

Fotos: Renan Silva

A campanha “16 dias de ativismo” é uma mobilização mundial pelo fim da violência contra as mulheres. Começa em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e vai até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, começa antes, no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, para destacar a dupla discriminação vivida pelas mulheres negras.

Outras datas importantes integram a campanha: 1º de dezembro – Dia Mundial de Luta contra a Aids, e 6 de dezembro – Dia do Massacre de Mulheres de Montreal, data que incentivou a criação da Campanha Mundial do Laço Branco e do Dia Nacional de Luta dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Seminário

Na UFRJ, o início das semanas de ativismo foi marcado pelo seminário “Direitos plurais em perspectiva”, sobre sexualidade e violência, realizado no dia 18 pelo Centro de Referência das Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM) e pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher da Maré Carminha Rosa (CRMM), que fazem parte do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, (Nepp-DH) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). O evento foi no prédio do CRM, na Praça da Prefeitura, Cidade Universitária.

O evento foi aberto pela coordenadora do CRM, Marisa Chaves, que lembrou a todos o pacote arbitrário do governo do Estado do Rio de Janeiro contra os servidores e a população e a PEC 55 do governo federal, que congela investimentos públicos por 20 anos, e informou sobre as atividades previstas. Na quarta-feira, dia 30, às 10h, terá início a Oficina de Dança, em parceria com a Cia de Dança da UFRJ, e no dia 6 será a apresentação do espetáculo *Bonecas Quebradas*.

Érika Carvalho, coordenadora do CRMM Carminha Rosa, apontou a importância daquele espaço de formação para fomentar e difundir o debate sobre o combate à violência contra a mulher.

Ludmila Fontenele Cavalcanti, professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, comentou que o tema da violência sexual assume extrema importância pela magnitude e pela relevância com que preocupa a sociedade.

Ana Cláudia Tavares, representante do Nepp-DH, alertou que, numa situação de retrocessos drásticos, isto se reflete profunda-



ÉRIKA Carvalho, Ana Cláudia, Ludmila Fontenele, Lilia Pougy, Cristina Riche e Marisa Chaves

mente nos direitos humanos em geral, afetando as mulheres, e em especial as mulheres negras: “Vivemos um período de bastante crueldade em relação a proteções que movimentos sociais e populares conquistaram em décadas de lutas”.

A ouvidora da UFRJ, Cristina Riche, afirmou que a universidade, em especial a pública, tem papel fundamental na redução das desigualdades, o que a seu ver o Nepp-DH e os centros de referências procuram cumprir na defesa das minorias.

Direitos humanos

Lilia Pougy, decana do CFCH, abordou a violência de gênero como violação dos direitos humanos. “Curioso falar de direitos humanos em tempos tão regressivos”, criticou, lembrando, no entanto, que todo direito é conquistado por meio de luta: “Ainda que seja visto como benefício, é sempre resultado de lutas”. Ela enfatizou que as lutas feministas resultaram na criação de órgãos públicos e programas governamentais presididos por lideranças ligadas ao movimento, com a realização de conferências locais e regionais, incentivando a participação. “No entanto”, disse, “toda e qualquer conquista sempre é enfrentada reativamente pelas forças do status quo, pelo reacionarismo”, citando como exemplo o desmonte das políticas que vem ocorrendo no atual governo federal.

Saúde pública

Ludmila Fontenele considera a violência sexual uma questão de saúde pública, por ser uma das manifestações de violência de gênero mais cruéis e persistentes, de alto impacto e magnitude. E ilustrou sua afirmação apresentando alguns números: uma entre quatro mulheres podem vivenciar a violência sexual perpetrada por parceiro íntimo, segundo dados



COMUNIDADE universitária lotou o auditório do CRM

de 2002 da Organização Mundial da Saúde (OMS); em 2014, houve 47.643 casos de estupro; a cada 11 minutos ocorre um estupro no Brasil, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, sendo que cerca de 35% dos casos não são notificados; 90% das mulheres disseram temer ser vítimas de agressão sexual contra 42% dos homens, também segundo o *Anuário*.

No contexto universitário, 46% (homens e mulheres) conhecem casos de mulheres estupradas e 28% das mulheres sofreram um estupro (Instituto Avon/Data Popular, 2015). Entre os impactos estão: consequências para a saúde física, mental, sexual e reprodutiva, o que requisita a inclusão desta violência como parte dos problemas a serem enfrentados pela atenção em saúde.

Aplicativo Evisu

Ludmila apresentou um novo aplicativo para o sistema iOS (do Iphone, mas em breve será também para Android), com ampla base de dados, estudos e pesquisas para o enfrentamento da violência sexual contra a mulher, fruto de estudo realizado pela UFRJ em parceria com a Universidade Federal de Fortaleza e o projeto de extensão Prevenção à Violência Sexual contra a Mulher, da Escola de Serviço Social (UFRJ).

Segundo a professora, o Evisu

é o único aplicativo desenvolvido para este fim e dirigido a profissionais, gestores, pesquisadores da área de Saúde e outras que atuam com o tema.

Abuso digital não é “prova de amor”

De acordo com a pesquisa realizada pela assistente social e doutoranda da Fiocruz Roberta Flach, abuso digital foi registrado em 84,6% dos jovens no país com idades entre 15 e 19 anos. Entre as práticas mais comuns estão chantagem, manipulação, ameaças, perseguições, vigilância nas redes sociais, uso de aplicativos para celulares disponíveis gratuitamente para espionar o parceiro com acesso remoto do aparelho e a naturalização destes comportamentos pelo entendimento de que é “prova de amor”.

Para Roberta, a adolescência é identificada como de maior vulnerabilidade para a ocorrência de violência nas relações afetivo-sexuais, justo os que adotam com mais entusiasmo as redes sociais. O abuso digital no namoro é considerado abuso psicológico e emocional devido ao potencial risco de o perpetrador degradar e humilhar publicamente sua vítima.

Entre essas práticas estão o sexting (envio de mensagens de conotação sexual, como um nude) não consentido e o revenge

porn (quando um dos parceiros divulga fotos e vídeos íntimos criados durante o relacionamento). “Após a divulgação, se torna muito difícil identificar a autoria ou impedir que continue sendo reproduzido, podendo ser acessado em todo o planeta, mesmo depois de décadas”, alerta Roberta.

Tudo isso produz severas consequências, como isolamento, depressão, tentativa ou efetivação de suicídio, tornando este um problema emergente para a saúde mental, como aponta a pesquisadora.

“Ni una menos vivas nos queremos!”

Este foi o tema da exposição das gravuras produzidas pela artista argentina Flora Valdez especialmente para o evento, no hall do prédio, no dia 18, e que mostram mulheres valentes, lutadoras românticas, robustas. “Nós, mulheres, temos direito a uma vida sem violências”, diz uma destas. A montagem foi das estudantes Ana Inés, Adriana Santos e Luciana Gabrielloni.

CRMM Suely Souza de Almeida – Atendimento às mulheres: segundas, terças, quintas e sextas-feiras, das 9h às 16h. Praça Jorge Machado Moreira (ao lado da Prefeitura Universitária). Tels.: 39380620/39380623/39380600. E-mail: crmssa.ufrj@gmail.com.